

ESCOLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS (SCVZ): UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

SCHOOLING AND DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH CONGENITAL ZIKA VIRUS SYNDROME (SCVZ): A SYSTEMATIC REVIEW

Rafael Soares Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v26i2.1793> Recebido em: 17.05.2024 Aceito em: 16.06.2024

Resumo: No início de 2015 uma epidemia do vírus Zika emergiu no Brasil, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, infectando mulheres grávidas. Atualmente compreendida como Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV), trata-se de um conjunto de anomalias congênicas, podendo incluir alterações visuais, auditivas e neuropsicomotoras em indivíduos expostos à infecção pelo vírus Zika durante a gestação. A assistência de crianças SCZV é direcionada conforme o tipo de anomalia e alterações no seu desenvolvimento, necessitando de ações intersetoriais que favoreçam o seu desenvolvimento, incluindo no campo da educação com vistas à sua escolarização na escola comum. Assim, este estudo buscou conhecer e analisar os processos de desenvolvimento e escolarização de crianças com a SCZV. Para tal, foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados da CAPES, Lilacs, PubMed e Scielo, tendo como recorte temporal produções entre 2017 e 2021. Foram obtidos cinco trabalhos que versam sobre a escolarização e o desenvolvimento de crianças com SCZV, indicando uma baixa produções sobre a temática, os quais revelam a importância de um trabalho conjunto das áreas social, da saúde e da educação para o desenvolvimento integral dessas crianças, além da necessidade de formação para os profissionais da educação adquirirem conhecimentos sobre as características e necessidades formativas desses alunos. Trata-se de um cenário ainda pouco explorado e que demanda de mais estudos que orientem o trabalho pedagógico com tais crianças na escola comum.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação Especial. Zika vírus. Desenvolvimento infantil.

Abstract: At the beginning of 2015, an epidemic of the Zika virus emerged in Brazil, transmitted by the *Aedes aegypti* mosquito, infecting pregnant women. Currently understood as Congenital Zika Virus Syndrome (CSZV), it is a set of congenital anomalies, which may include visual, auditory and neuropsychomotor changes in individuals exposed to Zika virus infection during pregnancy. Assistance for SCZV children is directed according to the type of anomaly and changes in their development, requiring intersectoral actions that favor their development, including in the field of education with a view to their schooling in regular schools. Therefore, this study sought to understand and analyze the development and schooling processes of children with SCZV. To this end, a systematic review of the literature was carried out in the CAPES, Lilacs, PubMed and Scielo databases, taking as a time frame productions between 2017 and 2021. Five works were obtained that deal with the schooling and development of children with SCZV, indicating low production on the subject, which reveals the importance of joint work in the social, health and education areas for the integral development of these children, in addition to the need for training for education professionals to acquire knowledge about the characteristics and needs training for these students. This is a scenario that is still little explored and requires more studies to



guide pedagogical work with such children in regular schools.

Keywords: School inclusion. Special education. Zika virus. Child development.

Introdução

No ano de 2015 o Brasil começou a notificar casos de nascimento de crianças com microcefalia na região Nordeste, e logo outros casos começaram a ser reportados nas demais regiões, havendo aumento até o ano de 2018, configurando este período como epidêmico do Zika vírus (BATISTA; MOUTINHO, 2019). O Zika entrou para o rol de arboviroses, representando um problema de saúde pública para o país ao ser detectado no líquido amniótico de mulheres grávidas, cujos fetos apresentaram sérios danos neurológicos, causando nas crianças microcefalia e outras complicações neurológicas que, em conjunto, constituem a Síndrome Congênita do Zika vírus (SCZV).

A SCZV compreende um conjunto de anomalias congênitas, que pode incluir alterações visuais, auditivas e neuropsicomotoras em indivíduos (embriões ou fetos) expostos à infecção pelo vírus Zika durante a gestação. Como efeito, pode levar a alterações do desenvolvimento neuropsicomotor, dificultando o processo de escolarização de crianças que convivem com a síndrome (TEIXEIRA et al., 2020).

Pelo fato de a SCZV resultar em condições crônicas complexas de saúde, fazendo com que o sujeito acometido pela síndrome necessite de acompanhamento e cuidados ao longo de toda a sua vida, as ações e investigações relacionadas à criança com a SCZV demandam uma abordagem intersetorial por permitir um olhar mais amplo sobre esse cenário, propondo soluções o seu enfrentamento. “Suas necessidades ultrapassam as respostas oferecidas pelo sistema de saúde. Necessitam de ações intersetoriais, de políticas compensatórias inclusivas que enfrentem processos de vulnerabilidade” (SÁ et al., 2019, p. 2), incluindo no campo da educação.

Apesar do conhecimento acerca da SCZV estar evoluindo, ainda não se conhece a completa extensão de todas as condições associadas a ela. Desse modo, o presente trabalho buscou conhecer e analisar os processos de desenvolvimento e escolarização de crianças com a SCZV, além de investigar os tipos de suportes pedagógicos e recursos tecnológicos utilizados pelos professores na escolarização dessas crianças, visando a sua efetiva inclusão na escola comum, assim como o seu pleno desenvolvimento.

Diante do exposto, este estudo se justifica pelo fato de a epidemia do Zika Vírus ter sido um grande evento de saúde pública, hoje associada à SCZV, resultando em um quadro de deficiência intelectual, transtorno do espectro autista ou deficiência múltipla nas crianças acometidas com a síndrome (ANTONIOLI; CAMPOS; PLETSCHE, 2021), caracterizando-as como público da Educação Especial. Logo, discutir a escolarização dessas crianças é importante no instante em que, no decorrente ano de 2022, as crianças que nasceram em 2015 com a síndrome agora possuem sete anos de idade e já devem se encontrar matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, demandando apoio especializado para que consigam permanecer na escola comum, aprendendo e se desenvolvendo com qualidade, assim como esperado dos alunos sem deficiência.

Fundamentação teórica

Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) e suas implicações no desenvolvimento da criança

Causada pelo vírus Zika, do gênero *Flavivirus*, a doença é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, também responsável por transmitir a dengue e a chikungunya, e quando ocorre por transmissão vertical representa uma das causas de infecção congênita (CABRA *et al.*, 2020). Acerca da epidemiologia, o Zika vírus atingiu todos os estados do Brasil desde a sua descoberta no país em 2015. Conforme Cabra *et al.* (2020, p. 54):

Entre 2015 e 2019, a maioria dos casos confirmados concentrou-se na região Nordeste (n=2.207; 61,9%) do país, seguido da região Sudeste (n=735; 20,6%). Os estados com maior número de casos confirmados foram: Bahia (n=584; 16,4%), sendo Salvador o município com mais casos (n=284); Pernambuco (n=468; 13,1%), sendo Recife o município com mais casos confirmados deste estado (n=77); e Rio de Janeiro (n=305; 8,6%), sendo a maioria dos casos de residentes no município do Rio de Janeiro (n=141). No ano de 2020, os municípios com mais casos confirmados foram Manaus (n=06), Brasília (n=03), Águas Lindas de Goiás (=02) e Belo Horizonte (=02).

A situação epidemiológica está associada à questão socioeconômica e à algumas áreas de endemia para o *Aedes aegypti*, vetor de transmissão do Zika vírus. Ademais, o nível de escolarização implica nas ações de profilaxia, como o uso de repelentes e medidas para evitar a disseminação do Aedes. Além disso, a orientação adequada e integral durante o pré-natal contribui para minimizar o número de casos de crianças com SCZV.

Acima da fisiopatologia, a predileção do Zika vírus pelo sistema nervoso é cada vez mais evidente. Os flavivírus replicam-se inicialmente nas células dendríticas e no citoplasma dos fibroblastos e queratinócitos da epiderme e derme, dispensando, posteriormente, para os linfáticos e para corrente sanguínea. Desse modo, o vírus tem tropismo pelo sistema nervoso central (SNC), sendo considerado de alto risco em gestantes nos primeiros três meses de gravidez (primeiro trimestre), podendo ocasionar a SCZV com ou sem microcefalia (LIMA *et al.*, 2021).

A SCZV possui um conjunto de sinais e sintomas, reunindo anomalias congênitas que podem incluir alterações visuais, auditivas e neuropsicomotoras nos indivíduos expostos à infecção pelo vírus Zika durante a gestação. Entre as anormalidades neurológicas que caracterizam o quadro clínico da SCZV destacam-se a hipertonia global grave com hiperreflexia, irritabilidade, hiperexcitabilidade, choro excessivo, distúrbio de deglutição e respostas auditivas e visuais comprometidas.

Ainda, algumas crianças apresentam crises convulsivas já no período neonatal, observando-se um aumento da frequência dessas crises durante o seu crescimento, sendo a ocorrência de crises epiléticas mais evidente a partir dos três meses de idade, tendo como o tipo mais comum os espasmos epiléticos (LIMA *et al.*, 2021).

Nas crianças com SCZV tem sido identificadas alterações de posturas e musculoesqueléticas como padrões de movimentos anormais, deformidades e atrasos na aquisição das habilidades motoras. Os principais achados descritos até o momento envolvem, predominantemente, o sistema nervoso central, com a presença de microcefalia, calcificações cerebrais, anormalidades estruturais, lesões oculares características e graus variados de alterações funcionais, como

hiperexcitabilidade e hipertonia (BATISTA; MOUTINHO, 2019; LIMA et al., 2021).

Segundo Lima et al. (2021), após o nascimento já é possível identificar sinais de lesões cerebrais graves a partir de anormalidades presentes no tônus muscular, nos reflexos primitivos, nas reações posturais e na motricidade voluntária da criança. A hiperreflexia é indicativo de atraso na maturação do sistema nervoso e sua persistência impedirá a movimentação da cabeça para o lado oposto a que estiver rodada, impossibilitando a aquisição das coordenações sensório-motoras primárias, tais como a visocefálica, audiocefálica e mão-mão.

Apesar das variações da expressão clínica da SCZV, alguns sinais são mais frequentes, tais como: redução do tamanho da cabeça (microcefalia) e da estatura, dificuldades de coordenação e equilíbrio. Outras características, como déficits motores e cognitivos, alterações da fala e comprometimento das funções sensoriais (visão e audição) têm uma variabilidade maior, estando presentes na maioria dos casos. É importante destacar que, apesar da grande probabilidade de alterações neuropsicomotoras, algumas crianças são assintomáticas e podem se desenvolver bem dentro e fora do ambiente escolar (MARQUES, 2019).

Ademais, a microcefalia é uma das consequências da SCZV, compreendida como malformação congênita, em que o cérebro não se desenvolve de maneira e tamanho adequados. Nesse caso, os bebês nascem com perímetro cefálico (PC) menor que o normal, que habitualmente é superior a 32 centímetros, ocasionando problemas como convulsões, atraso no desenvolvimento, problemas de fala, deficiência intelectual, entre outros (MARQUES, 2019).

A inclusão de crianças com SCZV na Educação Infantil: desafios e demandas

Com o advento da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASILB, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades tiveram reconhecido o seu direito à matrícula e à permanência nas escolas comuns juntos aos demais alunos, no instante em que a Educação Especial passou a ser reconhecida, pela referida lei, como uma modalidade transversal do sistema educacional brasileiro.

Pensar uma educação inclusiva para esse público de alunos não se sustenta somente por leis e campanhas antidiscriminatórias que busquem garantir a acessibilidade nas instituições de ensino e demais espaços de sociabilidade. É preciso, também, que haja uma política inclusiva eficiente, balizando a construção de uma escola inclusiva preparada para receber esses alunos, indo desde a acessibilidade arquitetônica até a disponibilidade de professores com formação adequada para trabalhar com a diversidade de alunos na escola.

Ao pensar a educação para alunos com SCZV, deve-se ter em mente que isto não se refere somente ao aprendizado escolar, mas a um aprendizado mais global, que deve incluir habilidade social, linguagem, comunicação, comportamentos adaptativos e redução de comportamentos repetitivos e que são estereotipados desses sujeitos. Este processo de educação do indivíduo deve envolver a escola, as famílias e a sociedade em com ações intersetoriais, pois na “escolarização de crianças com SCZV [...] os atos pedagógicos carecem de maior articulação desses profissionais [da educação] com outros atores educacionais, da saúde e da assistência social” (PLETSCH; ARAÚJO; SOUZA, 2020, p. 202).

Para Silva Neto et al. (2018), a inclusão escolar passa a ser uma possibilidade de desenvolver

habilidades sociais a partir da convivência entre as crianças com e sem deficiência, pois se trata de uma experiência que é, acima de tudo, um direito constitucional. O processo de inclusão demanda tempo, conhecimento e comprometimento da equipe escolar e da família para que o aluno se sinta acolhido nos dois lugares.

Entende-se que uma concepção real de inclusão extrapola a oferta de acesso à escola, visto que esse público de alunos necessita de suporte necessário ao seu desenvolvimento integral, rompendo com padrões de segregação e integração, os quais, ao mesmo tempo em que inserem o aluno no ambiente escolar, os segregam na sala de aula, alimentando a exclusão.

Neste estudo entende-se que a formação docente é um aspecto fundamental para romper com situações de exclusão escolar. No caso de crianças com SCZV, “há necessidade ainda de um investimento no preparo técnico dos profissionais para que esses possam ter conhecimentos específicos sobre o quadro clínico da Síndrome, e sejam capazes de criar estratégias didáticas que atendam às demandas desse público” (BATISTA; MOUTINHO, 2019, p. 3-4).

Na esteira desse debate, Pletsch, Araújo e Souza (2020) defendem que compreender as peculiaridades da criança com SCZV contribui para pensar o conceito de inclusão a partir das necessidades individuais, e não promover generalizações excessivas de integração e acolhimento no ambiente escolar, já que a ideia de inclusão ainda é interpretada de maneira errônea, a fim de desconstruir o pensamento de que a inclusão é apenas matricular o aluno na escola e nada mais. O processo inclusivo é mais amplo, estabelecendo que o aluno se desenvolva e aprenda diante de suas limitações e potencialidades, sendo necessário não apenas falar em inclusão, mas em inclusão responsável.

Os professores, portanto, tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças com SCZV, que é o de estimular a interação social e favorecer a convivência com as diferenças no ambiente escolar, além de promover uma construção coletiva do conhecimento. A partir disso, as escolas de ensino regular devem gerar uma organização e adaptação em suas classes, em especial no caráter funcional, o que dispõe de capacitação dos recursos humanos nesse processo. De acordo com Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Art. 8º. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (BRASIL, 2001, p. 2).

Essa educação na perspectiva inclusiva, para Pletsch, Araújo e Souza (2020), segue a

ideia de uma política de ensino estruturado, que é flexível no sentido de conceber metodologias centradas em experiências construídas em um espaço mais acolhedor. Desse modo, contempla um processo formativo pedagógico centrado no estudante.

Importa destacar que as alterações no neurodesenvolvimento de crianças com SCZV impactam sua vida familiar e implicam cuidados multi e interdisciplinares. Com efeito, os alunos com SCZV necessitam de auxílio e suporte na realização de tarefas, bem como atendimento educacional especializado (AEE) por intermédio de suportes pedagógicos complementares, conforme as necessidades de cada criança. Por isso é de fundamental importância que as escolas tenham professores e outros profissionais capacitados e especializados para receber, acolher e incluir esses alunos, visto que a qualidade da aprendizagem e do desenvolvimento escolar desses alunos está diretamente relacionada à forma como esses profissionais lidam com a inclusão (BATISTA; MOUTINHO, 2019).

Conforme a LDB (BRASIL, 1996), no processo de inclusão escolar de alunos da Educação Especial nas escolas comuns podem ser realizadas algumas adaptações curriculares, dependendo da necessidade que cada aluno, incluindo atividades que facilitem a interação com os outros alunos da sala de aula. Logo, o currículo deve ser flexível e organizado de modo que atenda as particularidades de cada criança, incluindo as que possuem SCZV.

Com a finalidade de atender melhor as crianças da Educação Especial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE), através do Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), que se configura como um sistema de ensino que possibilita a esses alunos uma educação de qualidade por meio do desenvolvimento e organização de recursos pedagógicos que levam em conta as necessidades específicas de cada aluno. Esse sistema possibilita ao aluno da Educação Especial uma formação que enaltece sua autonomia, emancipação e independência tanto no ambiente escolar quanto fora dele.

Nesse sentido, Pletsch, Araújo e Souza (2020) sinalizam que, no caso de crianças com SCZV, algumas estratégias de intervenção devem ser elaboradas, de modo que fomentem um ensino de qualidade e ressalte as habilidades e potencialidades desses alunos, além de contribuir com o seu processo de socialização. Além disso, Batista e Moutinho (2019) destacam que o ambiente escolar contribui para o desenvolvimento cognitivo, comportamental, social, político e identitário da criança com SCZV, além de proporcionar à criança situações que requerem a criação de rotinas e horários em atividades do seu cotidiano para que adquiram algum grau de autonomia.

As crianças com distúrbios neuropsicomotores apresentam dificuldades para realizar atividades de rotina, de autocuidado e até mesmo em brincadeiras. Desse modo, o trabalho individualizado com o aluno com SCZV faz com que sejam criados laços de confiança entre alunos e o professor, facilitando o desenvolvimento para estímulos sociais entre os dois, podendo expandir para outros com o tempo. Para tal, o professor precisa trabalhar de forma conjunta com aluno e outros profissionais para desenvolver programas de intervenções sociais e cognitivas visando o desenvolvimento das habilidades, imitações e brincadeiras com o aluno (GONÇALVES; FERNANDES, 2019).

Dentre os diversos recursos que podem ser utilizados para a escolarização e o desenvolvimento das crianças com SCZV destacam-se a ludicidade (FERNANDES; SANTOS;

QUEIROZ, 2019), o uso de recursos visuais (MONTEIRO; FERNANDES, 2019) e a comunicação alternativa (PLETSCH; SÁ; ROCHA, 2021), mas estes só irão contribuir com a inclusão escolar dessas crianças se os professores, efetivamente, souberem fazer o seu uso correto do planejamento até a avaliação da aprendizagem. Além disso, importa considerar que:

As demandas de cuidados para as crianças afetadas pela síndrome congênita do ZIKV estão relacionadas às manifestações clínicas, com desafios para a alimentação, o sono, o desenvolvimento neuromotor e socioemocional, visual, auditivo e da linguagem diante das dificuldades e anormalidades que podem ocorrer concomitantemente (MATIELLO *et al.*, 2022, p. 4).

Por isso a defesa de que as abordagens relacionadas às crianças com SCZV sejam intersetoriais, posto que, de forma isolada, apenas a saúde, por exemplo, não irá conseguir fornecer elementos que permitam que essas crianças tenham um desenvolvimento de qualidade. A educação soma-se à essa e outras áreas, especialmente no período pós-epidemia, pelo fato de a preocupação agora estar voltada ao ingresso e à permanência dessas crianças nas escolas comuns de Educação Básica (ANTONIOLI; CAMPOS; PLETSCH, 2021), sendo este um período de fundamental importância para o crescimento desse público e sua interação com a sociedade em geral.

Impacto da Síndrome Congênita do Zika Vírus no desenvolvimento infantil: desafios e intervenções

a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) é um desafio significativo para o desenvolvimento das crianças afetadas. Estudos recentes mostram que os distúrbios do sono estão intimamente ligados aos atrasos no desenvolvimento da linguagem. A pesquisa de Jesus *et al.* (2024) revelou que muitas crianças com SCZV sofrem de distúrbios do sono, o que afeta negativamente suas habilidades auditivas expressivas e receptivas. Isso destaca a importância de monitorar e tratar os problemas de sono como parte do cuidado integral dessas crianças.

Além das dificuldades com o sono e a linguagem, a SCZV também impacta o desenvolvimento motor das crianças. Segundo Marques *et al.* (2019), muitas crianças com SCZV apresentam desenvolvimento motor grosso atípico e um risco elevado de paralisia cerebral. Intervenções como o treinamento intensivo de fisioterapia têm mostrado resultados promissores, melhorando significativamente o desempenho funcional dessas crianças (GAMA *et al.*, 2021). A intervenção precoce e contínua é essencial para reduzir os impactos negativos da SCZV no desenvolvimento motor.

As complicações da SCZV não se limitam ao desenvolvimento neuropsicomotor; elas também se manifestam em características craniofaciais e dentárias, levando a desafios ortodônticos adicionais (LONGO *et al.*, 2020). Um estudo longitudinal de Lima *et al.* (2019) destacou a importância do acompanhamento regular para compreender melhor a progressão das anomalias. Esses estudos sublinham a necessidade de uma abordagem multidisciplinar no tratamento e acompanhamento das crianças com SCZV, envolvendo desde a fisioterapia intensiva até o manejo dos distúrbios do sono e intervenções precoces para suporte do desenvolvimento motor e cognitivo (LONGO *et al.*, 2020; GAMA *et al.*, 2021).

Percorso metodológico

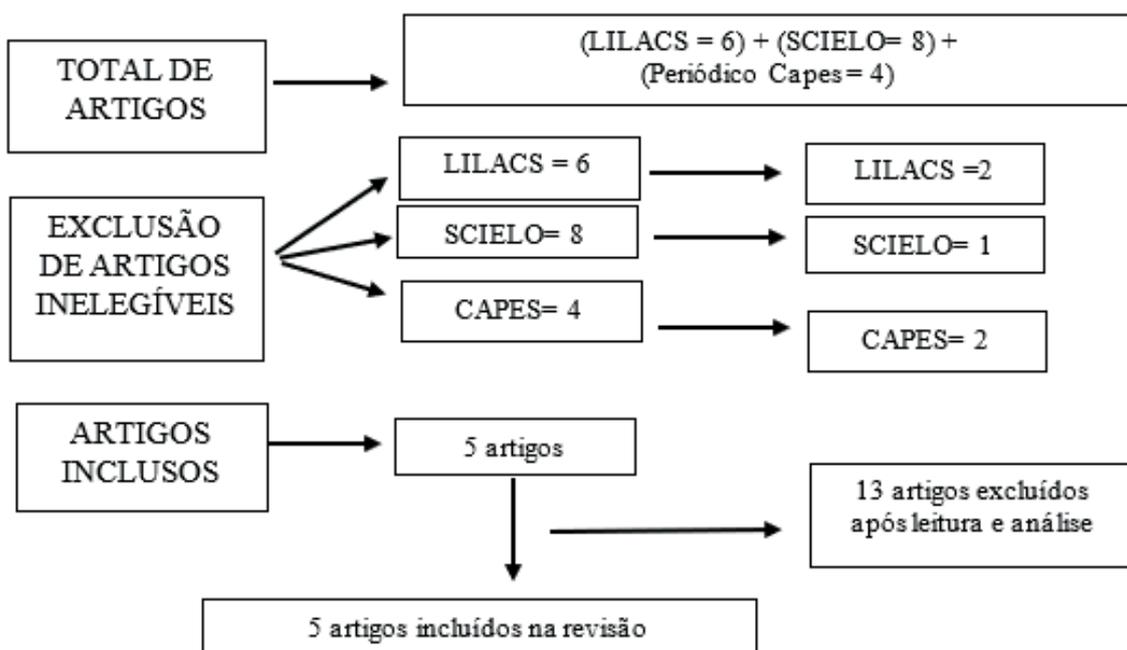
Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, apoiando-se em conceitos pertinentes às pesquisas que podem ser tipificadas como quantitativas, de forma que fosse possível realizar a seleção de materiais nas bases de dados secundárias da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *National Library of Medicine* (PubMed) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Tendo em vista o foco sobre o processo de escolarização e desenvolvimento de criança com SCZV, foram utilizados os descritores “Zika vírus”, “infecção congênita”, “educação inclusiva” e “desenvolvimento neuromotor”, combinados entre si com o auxílio do operador booleano AND, permitindo um maior refinamento das buscas.

Adotou-se como recorte temporal o intervalo de 2017 a 2021, isto é, últimos cinco anos. Os critérios de inclusão foram: artigos em português ou inglês; textos completos, livres, disponíveis gratuitamente na íntegra, que abordavam sobre a temática elegida. Foram excluídos os artigos que apresentaram fuga ao tema, duplicados e fora do período selecionado.

Inicialmente, foram encontrados 18 artigos com potencial para compor esta revisão, mas após os seus títulos e resumos, viu-se que apenas 5 versavam sobre a escolarização e o desenvolvimento de crianças com SCZV, integrando, portanto, este estudo, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1- Fluxograma de seleção dos artigos para a presente revisão



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

“Os resultados obtidos nos trabalhos selecionados durante a revisão servem de base para que outros estudos possam levantar suas próprias considerações, além de compreender as contribuições dos pesquisadores nesta área” (QUEIROZ; LEITE, 2022, p. 7). Nesse sentido, as informações obtidas com base na literatura investigada foram descritas no tópico

seguinte, buscando apresentar as contribuições dos estudos realizados sobre a escolarização e o desenvolvimento de crianças com SCZV, assim como as lacunas existentes, já que se trata de uma temática que só recentemente passou a ser discutida na literatura brasileira quanto à educação escolar.

Resultados e Discussão

Os estudos relacionados à SCZV são recentes no Brasil, especialmente considerando o processo de escolarização de crianças acometidas com a síndrome, já que o período epidêmico (2015-2018) teve como foco investigações no campo da saúde por se tratar de um cenário sem precedentes no país. Por isso o baixo número de produções que versam sobre a escolarização desse público, conforme o Quadro 1, que apresenta a identificação dos cinco artigos que estão compondo esta revisão da literatura.

Os códigos que antecedem o estudo e a autoria dos resultados apresentados no Quadro 1 foram criados com a finalidade de facilitar a sua compreensão, identificando, ao longo do estudo, as produções correspondentes à revisão da literatura aqui construída. O código é composto pela letra T, em referência a trabalho, seguido de um número inteiro, que varia de 1 a 5, correspondente a quantidade de artigos elegidos para a revisão, conforme descrito anteriormente.

Quadro 1 – Identificação dos artigos elegidos para a revisão sistemática

Nº	ESTUDO	AUTORIA/ANO
T1	Capacitação para profissionais de Educação Infantil sobre as necessidades educacionais de crianças com Síndrome Congênita do Vírus Zika e outras alterações neurológicas.	SILVA <i>et al.</i> (2018).
T2	O trabalho das professoras na Educação Infantil e a aprendizagem da criança com SCZV.	Gonçalves e Fernandes (2019).
T3	A importância de ações intersetoriais como estratégia para a promoção da escolarização de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV).	Pletsch, Araújo e Souza (2020).
T4	Desenvolvimento neuropsicomotor de crianças expostas à infecção congênita pelo Zika Vírus.	Lopes <i>et al.</i> (2021).
T5	Educação Inclusiva: olhar dos profissionais sobre as crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus na Gerência Regional de Educação Cajazeiras e Pirajá: um estudo transversal.	Avelino e Ferraz (2021).

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Aspectos gerais dos trabalhos

Conforme o Quadro 1, observa-se que os trabalhos foram publicados entre 2018 e 2021, sendo o ano de 2021 com a maior quantidade de produções (dois no total), não havendo publicações referentes ao ano de 2017. Por ser uma discussão ainda incipiente no Brasil não

foram encontrados, mesmo que em outros repositórios de pesquisa científica e outras bases de dados, estudos do tipo revisão da literatura que pudessem ser comparados com esta revisão sistemática, a fim de destacar se houve ou não crescimento das pesquisas em relação ao período anterior a 2017.

Aqui, reside uma primeira lacuna sobre as pesquisas que tratam da escolarização e do desenvolvimento de crianças com SCZV, dada a ausência de estudos tipificados como “estado da arte”, “revisão da literatura”, “estado do conhecimento”, estado da questão” ou nomenclaturas afins, e que são tão importantes quanto os estudos empíricos. Conforme Romanowski e Ens (2006, p. 39), esse tipo de estudo teórico pode:

[...] significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Em relação às áreas de conhecimento dos periódicos que os artigos foram publicados, nota-se que apenas o trabalho T4 é da área da saúde, mais especificamente da Fisioterapia, discutindo o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças com SCZV, sendo os demais da área da educação, todos versando sobre a atuação e/ou formação dos professores dessas crianças matriculadas na Educação Infantil. O foco em periódicos da educação pode ser justificado por ser a área que versa sobre a escolarização do ser humano, embora o processo de aprendizagem também seja um objeto de estudo da Psicologia, mas não foram encontrados estudos vinculados a periódicos dessa área no levantamento bibliográfico.

Outro fator que pode justificar esse dado diz respeito à preocupação sobre a escolarização dessas crianças com SCZV por estarem, atualmente, com idade escolar correspondente às duas etapas primeiras etapas da Educação Básica obrigatória no Brasil, isto é, a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, em seus anos iniciais (1º a 5º ano). Assim, a ênfase antes dada aos aspectos clínicos e patológicos da síndrome, agora dividem espaço com as investigações que tratam sobre a inclusão escolar dessas crianças. Pensar a dimensão educativa reforça a defesa do pensamento de que essas crianças têm potencial para se desenvolver e ser escolarizadas na escola comum, conforme lhes é garantido constitucionalmente, nos convidando a refletir sobre:

[...] a definição de educação que estamos buscando alcançar e a dimensão da luta que estamos a desencadear. Isso implica diferentes aspectos dentro do ambiente de ensino, levando-se em conta a realidade dos nossos alunos, o meio social, as condições de cada um e as especificidades (PESTANA; KASSAR, 2021. p. 33).

Quanto aos sujeitos da pesquisa, a maioria dos trabalhos (T1, T2, T3 e T5) investigou a formação e/ou o trabalho de professores da Educação Infantil quanto à inclusão escolar de crianças com SCZV na sala de aula comum, e apenas um (T4) elegeu crianças com SCZV e suas respectivas mães para avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor dessas crianças. Metodologicamente, todos os trabalhos apresentam um caráter empírico, não havendo estudos teóricos, conforme discutido anteriormente. Há predominância de pesquisas com abordagem qualitativa (T1, T2 e AT), tendo como instrumento de geração de dados questionários e entrevistas semiestruturadas (T1, T2, T3 e T5).

Apresentadas as características gerais das produções do Quadro 1, a seguir será feita uma descrição de cada estudo, enunciando como a escolarização e/ou o desenvolvimento de crianças com SCZV foi discutido pelos autores, bem como as contribuições que esses estudos trouxeram para o campo da Educação Especial inclusiva.

Em T1, Silva et al., (2018) descreveram e avaliaram uma das ações de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) que desenvolve intervenções precoces com bebês com microcefalia. A ação em questão tinha como público 30 profissionais da Educação Infantil de um centro municipal de Alagoas e foi pensada para capacitá-los quanto às características e necessidades das crianças com SCZV. Os dados foram gerados a partir da aplicação de um questionário semiestruturado, analisados posteriormente com base na análise de conteúdo temática.

O estudo de Silva et al., (2018) apontou revelou três importantes aspectos: i) os profissionais possuem muitas dificuldades em identificar as características das crianças com SCZV, especialmente pelo fato de parte delas apresentar deficiência múltipla. Logo, os olhares desses profissionais recaem mais sobre as limitações relacionadas à síndrome do que às potencialidades que essas crianças possuem; ii) são muitas as dificuldades e a falta de conhecimento dos profissionais sobre a rotina escolar dessas crianças e sobre a importância do apoio profissional dentro e fora da sala de aula, mas também relevou o interesse desses profissionais em aprender a abordagem correta; e iii) a importância de mais formações, sobretudo com abordagens mais práticas e demonstrativas, para que esses profissionais possam trabalhar a inclusão de crianças com SCZV na escola comum, de modo que o trabalho desenvolvido por eles não seja essencialmente intuitivo, mas fundamentado em saberes profissionais.

Em T2, Gonçalves e Fernandes (2019) analisaram os sentidos e os significados que professoras da Educação Infantil atribuem ao planejamento e execução de práticas pedagógicas inclusivas destinadas às crianças com SCZV de escolas públicas da rede municipal de Campina Grande – Paraíba. Configurando-se como um estudo de casos múltiplos, as autoras realizaram entrevistas com as professoras e observação de suas práticas pedagógicas em sala de aula. Os dados, analisados na perspectiva histórico-cultural vigotiskiana, também reforçam a necessidade de que sejam ofertadas formações sobre as necessidades e especificidades da criança com SCZV para que as professoras possam trabalhar a inclusão escolar dessas crianças da melhor maneira possível, pautando o processo de ensino-aprendizagem em suas potencialidades e não nas limitações impostas pela síndrome.

Por sua vez, em T3, Pletsch, Araújo e Souza (2020) partem da defesa de que a escolarização de crianças com SCZV demanda ações intersetoriais, pois a educação, ainda que seja um elemento fundamental para o desenvolvimento dessas crianças, sozinha, não será capaz de fornecer experiências condizentes com suas necessidades para viver em sociedade e adquirir autonomia no máximo de atividades possíveis. O estudo, à luz da perspectiva histórico-cultural, descreve parte das investigações realizadas pelo Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sobre a escolarização de crianças com SCZV.

Metodologicamente, o estudo de Pletsch, Araújo e Souza (2020) tem como base dados gerados a partir da aplicação de questionários e a realização de entrevistas com profissionais da educação de uma rede municipal de ensino da Baixada Fluminense – Rio de Janeiro, além de

dados registrados em uma plataforma digital e em um portfólio referentes à trajetória formativa desses profissionais. No geral, o estudo revelou a importância da formação continuada para que esses profissionais possam adquirir mais conhecimentos e vivenciar experiências relacionadas a esse público de alunos, escutando suas vozes, suas impressões e suas angústias. Além disso, foi sinalizado pelos participantes a necessidade do trabalho colaborativo entre profissionais da educação e da saúde para criar ações intersetoriais que visem o pleno desenvolvimento dessas crianças dentro e fora das escolas.

Em T4, Lopes, Takano e Silva (2021), discutem não a escolarização, mas o desenvolvimento da criança com SCZV, sendo o único trabalho da saúde e que não faz discussão relacionada à educação. A partir de uma abordagem quantitativa, as autoras avaliaram o desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) de 30 crianças com SCZV, considerando informações oriundas do pré-natal, neonatal e pós-natal das crianças e de suas mães em hospitais públicos universitários de Cuiabá – Mato Grosso.

Os dados foram gerados através da aplicação de questionário semiestruturado com as mães e do uso do Teste de Triagem de Denver II. Apoiado na análise estatística, o estudo de Lopes, Takano e Silva (2021) revelou que as crianças que possuem a SCZV apresentam um significativo atraso no DNPM, comprometendo o desenvolvimento da sua linguagem e da motricidade fina. Além disso, foi observado que quanto mais precoce ocorrer a infecção na gestação, maiores os dados ao desenvolvimento da criança, e que a ausência de microcefalia em algumas crianças não descarta a infecção na gestação nem a ausência de comprometimento no seu desenvolvimento, o que pode ocorrer mais tarde. As autoras defendem, portanto, a criação de políticas públicas no Sistema Único de Saúde (SUS) para a oferta de tratamento precoce às crianças e suas mães, com intervenções realizadas por equipes multiprofissionais, visando amenizar os impactos da síndrome no desenvolvimento e na qualidade de vida dessas crianças.

Por fim, em T5, Avelino e Ferraz (2021), analisaram o processo de inclusão escolar de crianças com SCZV na Educação Infantil em uma gerência regional de educação em Salvador – Bahia. O estudo transversal, de abordagem quali-quantitativo, foi desenvolvido com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com 32 profissionais da educação vinculados à esta gerência, revelando um conjunto de obstáculos que dificultam a concretização da proposta de educação inclusiva junto a esses alunos, especialmente diante de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e políticas nas instituições de ensino que esses profissionais trabalham.

As autoras, assim como Pletsch, Araújo e Souza (2020), defendem a necessidade de ações intersetoriais entre a educação e a saúde, assim como de outras áreas, visando contribuir com a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças com SCZV, rompendo com as barreiras que impedem a sua inclusão escolar na escola comum. Nesse sentido, Avelino e Ferraz (2021) sinalizam que ainda há muito o que ser feito em relação à escolarização dessas crianças, sendo urgente a criação de políticas públicas que subsidiem a sua permanência nas instituições de ensino, investindo tanto na acessibilidade arquitetônica quanto pedagógica.

Em resumo, observa-se que os trabalhos buscaram, em um primeiro momento, levantar informações concretas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças com SCZV em idade de escolarização, apoiando-se em investigações relacionadas às características do desenvolvimento dessas crianças e às práticas e aos conhecimentos que os profissionais da educação possuem sobre as necessidades desse público de alunos. A metodologia adotada pelos estudos é apresentada de

forma estruturada, possibilitando que outros pesquisadores possam conhecer e/ou reproduzir em seus diferentes contextos e realidades educacionais, já que há uma tendência de ingresso e avanço desses alunos nas diferentes etapas da educação básica.

Contribuições das pesquisas para as discussões sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com SCZV na escola comum

O panorama das pesquisas apresentado no item anterior gera preocupações, ao mesmo tempo que revela possibilidades para a promoção da inclusão escolar de crianças com SCZV. As preocupações residem, principalmente, no conhecimento dos professores e demais profissionais da educação sobre as necessidades e potencialidades dessas crianças, posto que a síndrome gera condições crônicas complexas de saúde e a sua simples matrícula nas instituições de ensino não é suficiente para que seja garantido o seu direito à educação escolar.

Assim, Gonçalves e Fernandes (2019) sinalizam a relevância da formação continuada nesse segmento de ensino-aprendizagem e um trabalho pedagógico que favoreça um planejamento metodológico dinâmico, criativo com vistas à promoção do desenvolvimento integral da criança com SCZV. Além disso, as pesquisas destacaram a necessidade de acessibilidade arquitetônica, criando um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças.

Outrossim, Pletsch, Araújo e Souza (2020) e Avelino e Ferraz (2021) defendem a necessidade de ações intersetoriais para atender às demandas educacionais, sociais e de saúde das crianças com SCZV para que tenham um desenvolvimento integral, visto que as alterações físicas, motoras e cognitivas implicam tanto no prognóstico dos sujeitos com SCZV, bem como nas suas relações socioafetivas.

Destaca-se que a variação existente quanto a prejuízos motores ou intelectuais causados nas crianças com SCZV são fatores que corroboram para a (não) inclusão destas no ambiente escola devido à falta da garantia do direito à escola a todos, seja por falta de capacitação profissional, materiais físicos para a estimulação dessas crianças, bem como os familiares não se sentirem seguros quanto ao ambiente escolar possibilitar a esses sujeitos oportunidades de se desenvolverem social, cultural e intelectualmente (ANTONIOLI; CAMPOS; PLETSCHE, 2021).

Pelo fato de crianças com SCZV demandarem estratégias, metodologias e recursos pedagógicos de forma individualizada, de acordo com as características de cada aluno, as práticas pedagógicas devem ser realizadas não apenas contemplando conteúdos curriculares, mas também atividades da sua vida diária, favorecendo a organização emocional, temporal e espacial dos estudantes, sempre de acordo com as possibilidades de organização familiar (PLETSCH; MENDES, 2020).

Dentre as práticas pedagógicas destacadas por Pletsch, Sá e Rocha (2021), encontram-se as atividades focadas inicialmente na comunicação, que é aspecto importante para desenvolver a linguagem e estruturar o pensamento da criança. Ademais, verificou-se que recursos pedagógicos de comunicação alternativa, por exemplo, contribuem como instrumentos que favorecem a interação e a comunicação do aluno e, assim, possibilitam novas formas de reorganizar a linguagem, que é fundamental para a aprendizagem dos conhecimentos escolares.

Como desafios elencados nos estudos em relação à mediação de classes com crianças

com SCZV, é apontado a falta de preparo da instituição escolar e dos órgãos governamentais em receber em uma turma comum de Educação Infantil uma criança com tantas especificidades, inclusive requerendo alimentação especial por uso da sonda gástrica, ressaltando o potencial do trabalho conjunto entre a escola, família e os profissionais da saúde para mostrar para a equipe escolar como cuidar das particularidades desta.

Atividades inicialmente pensadas para promover o desenvolvimento cognitivo (como contação de histórias, brincadeiras de faz de conta, situações envolvendo resolução de problemas) podem favorecer a integração social, o desenvolvimento de aspectos socioemocionais e até aspectos motores das crianças com SCZV. Ainda que uma determinada atividade tenha como foco pedagógico em um dos domínios do desenvolvimento, inevitavelmente influenciará as demais habilidades (PLETSCH; SÁ; ROCHA, 2021).

O posicionamento da criança é também muito importante e uma parte considerável dos profissionais da educação participantes dos estudos analisados demonstrou insegurança e desconhecimento em relação a essa questão. A criança precisa estar sempre posicionada de modo a favorecer a sua interação com o ambiente e utilizando os recursos adequados, propiciando o vínculo entre docente-discente. De modo geral, é necessário manter uma escuta cuidadosa e sensível da criança, considerando com respeito suas características e necessidades, bem como o acolhimento tanto na chegada a instituição de ensino, bem como em momentos de isolamento do aluno faz parte da promoção integral do desenvolvimento das crianças com SCZV (ANTONIOLI; CAMPOS; PLETSCH, 2021).

O uso das tecnologias educacionais também pode favorecer e estimular o desenvolvimento e aprendizagem das crianças com SCZV, mas no ensino público ainda existem barreiras para sua efetivação, seja relacionada à aquisição de equipamentos ou à formação dos professores para o seu uso no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, a inserção destes recursos como parte do orçamento da educação pública, por meio de ações da política de inclusão educacional, como a oferta deste recurso em laboratórios e salas da AEE contribui positivamente para o processo de escolarização de crianças com SCZV.

Nessa direção, a comunicação alternativa, forma de manifestar, expressar ideias e sentimentos, auxilia tanto na interação da criança com o professor quanto na interação com os colegas e seus familiares, pois entende-se que há diferentes formas de comunicação além da fala, como a corporal. Essas ferramentas são importantes e eficazes quando bem aplicadas, colaborando para o processo formativo e educacional da criança com SCZV (PLETSCH; SÁ; ROCHA, 2021).

As crianças com SCZV devem ser vistas para além da sombra desta síndrome, pois necessitam de abordagens singulares que não somente podem ser compactadas em níveis ou métodos genéricos, revelando a importância da captação de múltiplas referências e técnicas, assim como de um esforço docente que, às vezes penoso, também deve regozijá-lo e ressignificar o seu olhar para com a criança com SCZV (ANTONIOLI; CAMPOS; PLETSCH, 2021).

Em suma, é preciso possibilitar um ambiente escolar no qual a criança com SCZV possa se entender como parte dele e, dessa forma, distante de todos os estereótipos capacitistas. Essas e outras medidas devem oportunizar e potencializar a ideia de uma relação topofílica da criança com a SCZV e a escola, a partir da construção de outros sentimentos, como de confiança e segurança e, assim, garantir a sua permanência nela.

Considerações finais

Considerando a importância da temática, destacou-se que o papel do professor nessa perspectiva é tornar possível a socialização da criança com SCZV na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as necessidades destas. Em muitas situações, as crianças com algum déficit intelectual ficam às margens do conhecimento ou não participam das atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem.

Acrescenta-se a isso a formação inicial do docente, sendo necessário um esforço individual e coletivo de busca constante pelo conhecimento e compreensão de que cada estudante é único. Assim, as metodologias utilizadas serão diversas a fim de atender as áreas que precisam ser desenvolvidas. Contudo, nota-se a procura, por parte dos próprios professores, por uma formação continuada visando construir ações educativas adequadas aos seus alunos com SCZV, o que requer investimentos governamentais para capacitar esses professores e os demais profissionais da educação visando a efetiva inclusão escolar desses alunos.

Acerca das metodologias e ferramentas didáticas utilizadas na escolarização de crianças com SCZV foram identificadas estratégias de atividades grupais voltadas para a interação, comunicação e autonomia da criança e o uso de tecnologia assistida. Além disso, há uma defesa, nos trabalhos, de que ações intersetoriais ocorram para melhor favorecer o desenvolvimento e a escolarização dessas crianças, pois do contrário haverá dificuldades em seu processo inclusivo, criando um cenário de negação do seu direito de aprendizagem e pleno desenvolvimento.

As pesquisas ainda se mostram incipientes no campo da educação, mas acredita-se que haverá um aumento à medida que essas crianças forem ingressando e avançando nas diferentes etapas da educação básica obrigatória, induzindo a construção de pesquisas que versem sobre a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento a partir de outros olhares. Sugere-se, assim, que outros estudos sejam desenvolvidos com o objetivo de conhecer e analisar como as crianças com SCZV estão sendo incluídas nas escolas e classes comuns, apresentando os avanços e os desafios que ainda estão presentes em sua inclusão escolar.

Por fim, defende-se que as crianças com SCZV sejam percebidas nas escolas de forma integral, considerando suas potencialidades e sua capacidade de aprender e se desenvolver para além da condição que apresentam, sendo incluídas nas diferentes atividades pedagógicas propostas pelos professores e pelas instituições de ensino, pois do contrário haverá uma simples integração escolar, sendo permitido o ingresso desses alunos na escola, mas sendo negado o direito de permanecer e se desenvolver nesse espaço de sociabilidade humana.

Referências

ANTONIOLI, Camyla; CAMPOS, Érica Costa Vliese Zichtl; PLETSCHE, Márcia Denise. Relações entre família e escola no desenvolvimento de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-17, 2021.

AVELINO, Monique Ornellas de Almeida; FERRAZ, Priscila Correia da Silva. Educação inclusiva: olhar dos profissionais sobre as crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus na gerência regional de educação Cajazeiras e Pirajá: um estudo transversal. *Revista Brasileira de*

Educação Especial, Bauru, v. 27, e0056, p. 251-268, 2021.

BATISTA, Gessivânia de Mouta; MOUTINHO, Ana Karina. Desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika: o olhar docente. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, p. 1-32, 2019.

BRASIL. *Decreto nº 6.517*, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm; Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2/2001. *Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CABRA, Camila Kelly Batista et al. Perfil clínico dos portadores da síndrome congênita do Zika vírus atendidos no centro especializado em reabilitação da cidade de Campina Grande-Pb. *Revista Brasileira de Neurologia*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 25-30, 2020.

FERNANDES, Márcia Pires; SANTOS, Silvanne Ribeiro; QUEIROZ, Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de. O desenvolvimento do brincar em crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. *Revista Entreideias*, Salvador, v. 8, n. 2, p. 51-74, 2019.

GAMA, G. L.; RAMOS DE AMORIM, M. M.; ALVES DA SILVA JÚNIOR, R.; et al. Early intervention programs in children with congenital zika virus syndrome: Systematic review. *Research, Society and Development*, 2021.

GONÇALVES, Fabíola Mônica da Silva; FERNANDES, Bruna Fernanda Ferreira. O trabalho das professoras na Educação Infantil e a aprendizagem da criança com SCZV, *Revista Infad de Psicologia*, Badajoz, v. 3, n. 1, p. 199-212, 2019.

JESUS, S. S. de; RIBEIRO, E. M.; VERÇOSA, I. M. C.; PINATO, L. Association between Sleep and Language Development in Children with Congenital Zika Syndrome. *Viruses*, v. 16, n. 7, p. 1003, 2024.

LIMA, Anna Karolyne Kaimmi et al. Desenvolvimento neuropsicomotor de crianças expostas à infecção congênita pelo Zika vírus. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 482-494, 2021.

LOPES, Anna Karolyne Kaimmi Lima e Souza; TAKANO, Olga Akiko; SILVA, Juliana Ilídio da. Desenvolvimento neuropsicomotor de crianças expostas à infecção congênita pelo Zika vírus. *Revista de Pesquisa em Fisioterapia*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 482-494, 2021.

LONGO, E.; DE CAMPOS, A. C.; SCHIARITI, V. Zika Virus After Emergency Response: Can the ICF Guide Rehabilitation of Children With Microcephaly? *Pediatric Physical Therapy*, v. 31, n. 4, p. 370-372, 2019.

LIMA, D. L. P.; CORREIA, M. L. G. C. D.; MONTEIRO, M. G.; et al. Análise do desempenho funcional de lactentes com síndrome congênita do zika: estudo longitudinal. *Fisioterapia e Pesquisa*, v. 26, n. 2, p. 145-150, 2019.

MARQUES, Fernanda Jordão Pinto. *Síndrome congênita do vírus Zika: avaliação clínica e do desenvolvimento motor em uma coorte de crianças nascidas com microcefalia*. 2019. Dissertação (Mestrado em Neurologia) - Departamento de Neurologia e Neurociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARQUES, F. J. P.; TEIXEIRA, M. C. S.; BARRA, R. R.; et al. Children Born With Congenital Zika Syndrome Display Atypical Gross Motor Development and a Higher Risk for Cerebral Palsy. *Journal of Child Neurology*, v. 34, n. 2, p. 81-85, 2019.

MATIELLO, Fernanda de Brito et al. Vigilância à saúde e desenvolvimento de crianças com síndrome congênita do Zika vírus: revisão integrativa da literatura. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 40, e2020335, 2022.

MONTEIRO, Simone Pereira; FERNANDES, Ediclea Mascarenhas. Materiais pedagógicos acessíveis e alternativos para a estimulação de crianças com a síndrome congênita do Zika vírus: uma produção docente. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, Ano 24, n. 42, p. 167-186, 2019.

PESTANA, Mônica Mendes da Cunha; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação em contexto de pandemia: breves reflexões. *Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade*, Dourados, v. 2, n. 2, p. 22-37, 2021.

PLETSCH, Márcia Denise; ARAÚJO, Patrícia Cardoso Macedo de Amaral; SOUZA, Maíra Gomes de. A importância de ações intersetoriais como estratégia para a promoção da escolarização de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 193-210, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus durante a pandemia da COVID-19. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-16, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; ROCHA, Maíra Gomes de Sousa da. Tecnologias assistivas para a comunicação e a participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 4, p. 2971-2989, 2021.

QUEIROZ, Antônio Victor Alves de; LEITE, Bruno Silva. O uso dos aplicativos de mensagens no ensino das ciências da natureza: uma revisão sistemática de literatura. *ACTIO*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 1-23, 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros da et al. De toda maneira tem que andar junto: ações intersetoriais entre saúde e educação para crianças vivendo com a síndrome congênita do vírus Zika. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, e00233718, 2019.

SILVA, Flávia Calheiros da et al. Capacitação para profissionais de Educação Infantil sobre as necessidades educacionais de crianças com Síndrome Congênita do Vírus Zika e outras alterações neurológicas. *Educação*, Batatais, v. 8, n. 1, p. 57-71, 2018.

SILVA NETO, A. D. O. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

TEIXEIRA, Gracimary Alves et al. Análise do conceito síndrome congênita pelo Zika vírus. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 567-574, 2020.